## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. VICENTINHO)

Proíbe a cobrança de consumo mínimo na fatura de energia elétrica referente a unidade consumidora com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV em que não se verifique consumo há mais de 30 (trinta) dias.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de consumo mínimo na fatura de energia elétrica referente a unidade consumidora com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV em que não se verifique consumo há mais de 30 (trinta) dias.

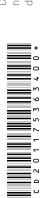
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Uma das grandes injustiças das regras de faturamento do serviço de distribuição de energia elétrica é a cobrança de valor mínimo de consumo de energia em residências fechadas, iniquidade essa é que é tanto maior quanto maior o período em que não se verifica consumo de energia.

Essa cobrança, é bom que se diga, pode alcançar valores expressivos. Tome-se, por exemplo, o caso de uma unidade consumidora atendida em ligação trifásica, cujo consumo mensal mínimo é de 100 kWh, consoante o disposto na Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. De acordo com a Aneel, a tarifa média da classe residencial no Brasil em julho de 2020 é de R\$ 0,571/kwh¹,





Documento eletrônico assinado por Vicentinho (PT/SP), através do ponto SDR\_56396, na forma do art. 102, §  $1^{\rm e}$ , do RICD c/c o art.  $2^{\rm e}$ , do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

exclusive tributos. Assim, ao se agregarem o ICMS² e as contribuições sociais PIS/PASEP e Cofins (carga tributária total de 31,25%, em média), chega-se a um valor de fatura estimado de R\$ 0,800/kWh, ainda sujeito à Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip. Isto é, o proprietário de uma residência fechada teria de pagar uma conta de aproximadamente R\$ 88 por mês (caso se admita alíquota da Cosip no município igual a 10%) sem ter consumido um kWh sequer.

Para eliminar essa distorção, a presente proposição proíbe a cobrança de consumo mínimo na fatura de energia elétrica referente a unidade consumidora com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV em que não se verifique consumo há mais de 30 (trinta) dias.

Considerando a importância da matéria, solicitamos aos ilustres colegas parlamentares decisivo apoio para a célere aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2020.

**Vicentinho**Deputado Federal - PT/SP

2020-7690



<sup>2</sup> Imposto de competência dos Estados. Considerou-se alíquota média igual a 22%.